



EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO – LICITAÇÃO N. 90002/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação e higienização predial, bem como de copeiragem com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com vistas a atender as necessidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

VALOR TOTAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

R\$ 579.073,28 (quinhentos e setenta e nove mil e setenta e três reais e vinte e oito centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

12/06/2026 às 10h (horário de Brasília)

LINK: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

CONTRATANTE: UASG 927154.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO: PREÇO GLOBAL	FORMA DE FORNECIMENTO: CONTÍNUO
MODO DE DISPUTA: ABERTO E FECHADO	Intervalo mínimo entre os lances: R\$ 50,00	PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: NÃO

DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

O Pregão será realizado em sessão pública online, por meio do site <http://gov.br/compras/pt-br/>, utilizando recursos de tecnologia da informação. Todos os horários indicados no Edital, no aviso e durante a sessão pública seguirão o horário de Brasília/DF, para contagem de tempo e registro no Sistema Eletrônico, referido doravante como Sistema, e na documentação do certame.

MEIO DE COMUNICAÇÃO PARA OBTENÇÃO E CONSULTA DO EDITAL

O edital pode ser obtido gratuitamente nos sites www.gov.br/compras/pt-br/ e <https://ipam.portovelho.ro.gov.br/> - Consulta de Licitações. Toda comunicação com o(a) Pregoeiro(a) será realizada por meio eletrônico, utilizando o e-mail spl@ipam.ro.gov.br ou, durante a sessão pública de disputa, através do chat do Sistema Eletrônico – Comprasnet. Não serão fornecidas informações por telefone ou outros endereços eletrônicos não mencionados neste Edital.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 011.000076/2025-72

Torna-se público que o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, por meio do Setor de Compras e Licitações, sediado Endereço: Av. Carlos Gomes, nº 1645 – Bairro São Cristovão - CEP 76.804-085- Porto Velho – Rondônia, nomeado por força das disposições contidas na Portaria nº 156/2026/IPAM-DRFP, realizará licitação, na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), do Decreto Municipal nº 18.892 de 30 de março de 2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de limpeza, conservação predial, higienização e copeiragem, com fornecimento de materiais, insumos e equipamentos, em regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a serem desempenhados integralmente na Sede Administrativa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, em Porto Velho/RO, por um período inicial de 12 (doze) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, seus anexos e no **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM**, observada a seguinte estrutura de postos:

FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA

ITEM	CATEGORIA	CBO	CATSER	JORNADA DE TRABALHO	UNID. DE MEDIDA	QTDE. DE POSTO DE SERVIÇO	QTDE. DE EMPREGADOS	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1	Servente de Limpeza (sem insalubridade)	5143-20	25194	40 horas	Posto	04	04	R\$ 4.985,13	R\$ 19.940,52	R\$ 239.286,24
2	Servente de limpeza (com insalubridade 40%)	5143-20	25194	40 horas	Posto	01	01	R\$ 6.095,18	R\$ 6.095,18	R\$ 73.142,16
3	Copeira	5134-05	14397	40 horas	Posto	01	01	R\$ 4.492,00	R\$ 4.492,00	R\$ 53.903,96
TOTAL:									R\$ 30.527,70	R\$ 366.332,36
FORNECIMENTO DE MATERIAIS, INSUMOS E EQUIPAMENTOS										
ITEM	DESCRIÇÃO			QTD MESES		VALOR MENSAL R\$		VALOR ANUAL R\$		
4	Materiais de Consumo e Insumos – Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial			12		R\$ 12.956,26		R\$ 155.475,12		
5	Materiais de Consumo e Insumos – Serviços de Copeiragem			12		R\$ 4.254,42		R\$ 51.053,04		
6	Equipamentos – Serviços de Limpeza, Conservação e Higienização Predial			12		R\$ 294,46		R\$ 3.533,52		
7	Equipamentos – Serviços de Copeiragem			12		R\$ 223,27		R\$ 2.679,24		
TOTAL:						R\$ 17.728,41		R\$ 228.390,32		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO:						R\$ 48.256,11 (quarenta e oito mil duzentos e cinquenta e seis reais e onze centavos)				
VALOR TOTAL ANUAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO (12 MESES):						R\$ 579.073,28 (quinhentos e setenta e nove mil e setenta e três reais e vinte e oito centavos)				

- 1.2. A licitação será realizada por valor global da contratação, compreendendo todos os custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto, conforme especificações técnicas constantes no **Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM e demais anexos**.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as exigências e especificações mínimas de qualidade e desempenho definidas para o objeto.
- 1.4. Os serviços serão prestados sob a forma de execução indireta, mediante adjudicação do objeto a uma única empresa licitante, visando assegurar a unidade gerencial e a eficiência administrativa na fiscalização contratual.
- 1.5. A presente contratação adotará como regime de execução a empreitada por preço global, nos termos do inciso VIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021, caracterizando-se pela contratação do serviço por preço certo e total.
- 1.6. Para a perfeita execução dos serviços, a futura **CONTRATADA** deverá disponibilizar, além da mão de obra qualificada, todos os materiais de limpeza (preferencialmente biodegradáveis), insumos de copa, uniformes, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Equipamentos de Proteção Coletiva (EPCs), ferramentas e equipamentos necessários, promovendo sua reposição e manutenção periódica sem ônus adicional ao IPAM.
- 1.7. As licitantes deverão observar rigorosamente o detalhamento das atividades referente aos postos de serviço, o qual está consubstanciado nas Atribuições dos Postos de Serviços e na Qualificação Mínima constantes do **Termo de Referência N° 07/2026/SCL-IPAM e demais anexos** que integram este Edital.
- 1.8. **O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, prorrogáveis sucessivamente por períodos iguais ou distintos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma dos artigos 106 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja previsão orçamentária, autorização da autoridade competente e que a prorrogação se mostre vantajosa para a Administração.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que estejam com credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- 2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e pessoalmente por todo e qualquer ônus decorrente da sua participação no certame, bem como pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 2.3. A participação no certame implica a aceitação plena e irrevogável das normas constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância do regime jurídico estabelecido pela Lei nº 14.133, de 2021.
- 2.4. A falsidade de declaração prestada objetivando os benefícios da Lei Complementar nº 123, de 2006, ou o descumprimento dos requisitos legais para o enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, caracterizará crime e sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

2.5. Não poderão participar desta licitação, direta ou indiretamente, os seguintes interessados:

2.5.1. Aquele que não preencha as condições de participação estabelecidas neste Edital;

2.5.2. Empresa que se encontre em processo de falência, de dissolução ou de liquidação;

2.5.3. Empresa que esteja sob sanção que a impeça de participar de licitação ou de contratar com a Administração do IPAM, nos termos do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.4. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do IPAM, ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, em conformidade com o art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.5. Empresas estrangeiras que não tenham autorização para funcionar no País;

2.5.6. Aquele que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, pela exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nas hipóteses vedadas pela Constituição Federal;

2.5.7. O autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.5.8. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado;

2.5.9. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em razão de sanção que lhe foi imposta;

2.5.10. Aquele que não cumpra o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

2.5.11. Empresas que possuam em seu quadro societário sócio ou cotista que pertença, simultaneamente, a outra empresa participante deste certame, ou que possuam diretores, gerentes ou sócios em comum (empresas do mesmo grupo econômico);

2.5.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, conforme a vedação constante do art. 14, inciso VI, da Lei nº 14.133, de 2021;

2.5.13. Empresas que não apresentem o registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso.

2.6. O impedimento de que trata o item 2.5.9. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.7. A critério da Administração do IPAM e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.5.7. e 2.5.8. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos deste Instituto.

2.8. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.9. O disposto nos itens 2.5.7. e 2.5.8. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto executivo, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

2.10. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.11. A vedação de que trata o item 2.5.4. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica à Administração do IPAM.

2.12. É vedada a participação de empresas sob a forma de **consórcio**, justificando-se tal medida pelos motivos a seguir expostos:

2.12.1. O objeto da presente contratação não envolve serviços de alta complexidade técnica nem apresenta grande vulto financeiro;

2.12.2. Dada a simplicidade e padronização do objeto (limpeza e copeiragem), admitir a participação de empresas em consórcio poderia cercear a concorrência;

2.12.3. A participação de consórcios mostra-se mais apropriada para a consecução de objeto que envolva alta complexidade técnica e grande vulto financeiro, de forma que as empresas, isoladamente, não teriam capacidade técnica de executá-lo, o que não se aplica ao presente caso;

2.12.4. A vedação quanto à participação de consórcio não limitará a competitividade, pois o objeto consiste na prestação de serviço comum, havendo amplo mercado de empresas aptas a executá-lo individualmente;

2.12.5. Com base em contratações de natureza similar, considera-se que as empresas do ramo conseguem fornecer os serviços sem a necessidade de formação de consórcio, o que simplifica o processo licitatório e a futura gestão contratual.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, a proposta com o preço global, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente, os documentos de habilitação e a proposta com o preço, sob pena de exclusão da participação no certame em caso de descumprimento do envio concomitante.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.4.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. [Suprimido]

4.6. [Suprimido]

4.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

4.7.1. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- 4.8.1. De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
 - 4.8.2. Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
 - 4.8.3. De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.8.4. Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.8.5. Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
 - 4.8.6. Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
 - 4.8.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
 - 4.8.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
 - 4.8.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
 - 4.8.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações;
 - 4.8.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço (IPAM), relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 4.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.
- 4.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até a abertura da sessão pública.
- 4.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas detalhadas, após a fase de envio de lances.

4.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta, obedecendo às seguintes regras:

4.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

4.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.14. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema.

4.15. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.13 terá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o IPAM, podendo ser disponibilizado estritamente e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança das credenciais de acesso, para imediato bloqueio.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico Compras.gov.br, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor global da proposta para o período inicial de 12 (doze) meses de contratação;

5.1.2. Para a formulação da proposta, os licitantes deverão ofertar os valores unitário, mensal, anual e global referentes aos objetos descritos, utilizando a **Planilha de Custos e Formação de Preços (conforme modelo do Anexo III do Termo de Referência)**, considerando a vigência inicial de 12 (doze) meses. O valor global da proposta será composto obrigatoriamente pelas seguintes rubricas: (i) valor referente aos postos de serviço; e (ii) valor fixo para o fornecimento de materiais de limpeza, higienização e insumos de copeiragem.

5.1.2.1. O valor relativo à prestação dos serviços, decorrente dos postos de serviço (mão de obra), é o único componente passível de composição e alteração pelas licitantes na etapa de disputa, devendo observar integralmente os parâmetros, exigências e orientações previstas neste **Edital e no Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM e demais anexos**.

5.1.2.1.1. Em observância ao **Acórdão nº 1.207/2024 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU)**, somente serão aceitas propostas que apresentem, na Planilha de Custos e Formação de Preços, valores iguais ou superiores aos orçados pela Administração do IPAM para os itens “salário” e “auxílio-alimentação/refeição”. A inobservância deste piso salarial e de benefícios implicará na desclassificação imediata da proposta.

5.1.2.2. Os valores estimados pela Administração para o fornecimento de materiais de limpeza, higienização e insumos de copeiragem (Itens 4, 5, 6 e 7 do Quadro de Detalhamento de Custos) constituem **Preços Teto Máximos Admitidos**, sendo facultado às licitantes a sua redução linear ou pontual em suas propostas econômicas, em observância ao princípio da livre formulação de propostas, vedada qualquer majoração acima dos parâmetros fixados neste Edital.

5.1.2.2.1. Caso a licitante opte por cotar valores inferiores aos estimados pela Administração para o bloco de materiais e insumos, deverá observar obrigatoriamente as seguintes condições de validade, sob pena de desclassificação da proposta por inexecuibilidade ou jogo de planilha (Art. 59, incisos III e IV, da Lei nº 14.133/2021):

- a) Manter a integridade absoluta dos quantitativos mínimos mensais e as especificações técnicas qualitativas dos produtos exigidos no Termo de Referência e seus anexos;
- b) Apresentar, juntamente com a proposta final readequada após a fase de lances, memória de cálculo justificativa acompanhada de documentos comprobatórios de sua viabilidade comercial, tais como notas fiscais de aquisições recentes de volumes similares, contratos vigentes com fabricantes ou cartas de garantia de preços emitidas por distribuidores oficiais;
- c) Fica expressamente vedada a atribuição de valor igual a zero ou a indicação de preços simbólicos ou irrisórios para qualquer insumo, exceto quando se tratar de materiais fornecidos por meios próprios que preencham os requisitos de comprovação de custo e disponibilidade jurídica material dispostos nesta cláusula.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante nos termos do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O licitante **não** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários (exceto os vedados), comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto, inclusive lucro e despesas administrativas (BDI).

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, após a fase de lances.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos 12 (doze) meses.

5.5.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, quando solicitado, por meio de Escrituração Fiscal Digital (EFD-Contribuições).

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no ato do pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação tributária vigente.

5.7. É vedada a participação de **Microempresas (ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) optantes pelo Simples Nacional**, tendo em vista que o objeto licitado envolve a prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra (cessão de mão de obra), o que é incompatível com o referido regime tributário, nos termos do Art. 17, inciso XII, da Lei Complementar nº 123/2006.

5.8. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, em estrita conformidade com o **Termo de Referência Nº 07/2026/SCL-IPAM e demais anexos**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado fornecendo mão de obra qualificada, materiais, equipamentos e utensílios necessários à perfeita execução contratual.

5.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação no sistema eletrônico.

5.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos e estimados estabelecidos pela Administração do IPAM no Termo de Referência, sob pena de desclassificação por sobrepreço.

5.11. Sendo o critério de julgamento o de **MENOR PREÇO GLOBAL**, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência;

5.12. Nas licitações relativas a prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, na composição dos custos as licitantes deverão observar o disposto no art. 17, inciso XII, da Lei Complementar 123/2006.

5.13. A planilha de custos e formação de preços exigida no **ANEXO III do TERMO DE REFERÊNCIA** deverá ser apresentada após a fase de lances, conforme convocação, observando a ordem de classificação do sistema COMPRAS.GOV.BR.

5.14. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item **1.1 do Anexo II deste Edital - Termo de Referência**, que somente será pública após a fase de lances.

5.15. O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.16. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na **Classificação Brasileira de Ocupações – CBO**.

5.17. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio do sistema eletrônico Compras.gov.br, na data e horário indicados no preâmbulo deste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema até o momento exato da abertura da sessão pública.

6.3. Em estrita observância ao **Acórdão nº 1.207/2024 – Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU)**, a proposta deverá estar acompanhada de declaração expressa do licitante informando:

a) O enquadramento sindical da empresa proponente, identificando com precisão a Federação ou Sindicato Laboral e a respectiva Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) ou Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) adotado;

b) A atividade econômica preponderante da empresa, em conformidade com o art. 581 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) correspondente ao objeto;

c) Justificativa técnica fundamentada quanto à adequação do instrumento coletivo de trabalho utilizado como base para a elaboração da planilha de custos e formação do preço proposto, demonstrando a compatibilidade com as categorias de Servente de Limpeza e Copeira.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes durante toda a condução do certame.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.6. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR GLOBAL** da contratação para o período de 12 (doze) meses.

6.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras de transição de etapas do modo de disputa adotado.

6.8. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e devidamente registrado pelo sistema.

6.9. **O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances**, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, será de **R\$ 50,00 (cinquenta reais)**.

- 6.10. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese comprovada de erro operacional ou lance manifestamente inconsistente.
- 6.11. O procedimento seguirá o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, nos termos do art. 56, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- 6.12. A adoção do modo de disputa **"Aberto e Fechado"** justifica-se pois essa combinação possibilita maior competitividade entre os licitantes durante a fase de lances públicos e, ao mesmo tempo, permite uma etapa final fechada entre os três melhores colocados, promovendo a obtenção de uma proposta ainda mais vantajosa e mitigando riscos de conluio ou alinhamento de preços. Nesse modo, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
- 6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 6.12.2. Encerrada a etapa aberta, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um **LANCE FINAL E FECHADO** em até 05 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do referido prazo.
- 6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
- 6.12.4. Não havendo pelo menos 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação e até o limite de 03 (três), oferecer um lance final e fechado no mesmo prazo de 05 (cinco) minutos.
- 6.12.. Encerrada a etapa fechada, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores, procedendo ao julgamento.
- 6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 6.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta

for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18.2. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18.5. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

6.18.5.1. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.19. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.19.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.20. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.20.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Rondônia, considerando que a licitação é realizada por órgão de Município nele localizado;

6.20.2. empresas brasileiras;

6.20.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.20.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.21. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.22. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.22.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração do IPAM.

6.22.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.22.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.22.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.22.5. É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a **fase de aceitação e julgamento da proposta**.

7. DA FASE DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 2.5. deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta obrigatória aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP;

7.1.3. Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS;

7.1.4. Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome e sob o CNPJ da empresa licitante, bem como de sua matriz e filiais, quando houver.

7.2.1. A consulta quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá em nome e sob o CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, endereços coincidentes, dentre outros indícios técnicos.

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação, assegurando-se o contraditório e a ampla defesa.

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Pregoeiro verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado, observadas as vedações do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.7. Em se tratando de serviços de limpeza, conservação predial e copeiragem, com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes instrumentos coletivos de trabalho como paradigmas no cálculo do valor estimado pela Administração do IPAM:

7.7.1. **Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025 (RO000094/2024)** e o **Termo Aditivo à Convenção Coletiva de Trabalho 2025 (RO000003/2025)**, ambos do SINTELPES/RO.

7.7.2. Para fins de aceitabilidade da proposta, os custos unitários mínimos referentes à remuneração e benefícios sociais devem observar rigorosamente os valores fixados na planilha referencial da Administração, baseada nos instrumentos acima citados, a saber:

a) Salário Base de Servente de Limpeza: R\$ 1.743,48;

b) Salário Base de Copeira: R\$ 1.836,77;

c) Auxílio Alimentação/Refeição: R\$ 626,94.

7.7.3. Os instrumentos coletivos indicados não são de utilização obrigatória pelas licitantes, contudo, o licitante deverá observar que a sua proposta deverá ser exequível e garantir o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e sociais vigentes para as categorias profissionais envolvidas.

7.8. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.8.1. Contiver vícios insanáveis;

7.8.2. Não obedecer às especificações técnicas e exigências de qualidade contidas no Termo de Referência nº 07/2026;

7.8.3. Apresentar preços global ou unitários inexequíveis ou que permanecerem acima do valor máximo definido para a contratação pelo IPAM;

7.8.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.8.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.9. No caso de serviços comuns em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.10. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:

7.10.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.10.2. Inexistirem custos de oportunidade, economias de escala ou condições favoráveis capazes de justificar o vulto da oferta.

7.11. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o Pregoeiro efetuará diligências para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta, devendo ser adotado, obrigatoriamente, o seguinte roteiro de investigação:

7.11.1. Questionamentos junto à proponente para a apresentação de justificativas e comprovações em relação aos custos com indícios de inexequibilidade;

7.11.2. Verificação de Acordos, Convenções ou Dissídios Coletivos de Trabalho indicados pela licitante;

7.11.3. Levantamento de informações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego;

7.11.4. Consultas a entidades ou conselhos de classe, sindicatos ou similares;

7.11.5. Pesquisas em órgãos públicos ou empresas privadas acerca da idoneidade dos custos;

7.11.6. Verificação de outros contratos que o proponente mantenha com a Administração Pública ou com a iniciativa privada;

7.11.7. Pesquisa de preço com fornecedores dos insumos utilizados, tais como: atacadistas, lojas de suprimentos, supermercados e fabricantes;

7.11.8. Verificação de notas fiscais dos produtos e equipamentos adquiridos pelo proponente;

7.11.9. Levantamento de indicadores salariais ou trabalhistas publicados por órgãos de pesquisa reconhecidos;

7.11.10. Estudos setoriais pertinentes à limpeza e copeiragem;

7.11.11. Consultas às Fazendas Federal, Estadual e Municipal para verificação de regularidade fiscal e encargos tributários;

7.11.12. Análise detalhada de soluções técnicas escolhidas e/ou condições excepcionalmente favoráveis que o proponente disponha para a prestação dos serviços.

7.12. O licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar a sua proposta readequada ao lance vencedor e a respectiva Planilha de Custos e Formação de Preços no prazo de até **02 (duas) horas**, via sistema.

7.13. As planilhas de custos e formação de preços deverão ser entregues obrigatoriamente em dois formatos:

7.13.1. Em arquivo PDF, devidamente assinado pelo representante legal da empresa;

7.13.2. Em arquivo editável no formato Excel, contendo todas as fórmulas, vinculações e memórias de cálculo abertas, para fins de auditoria técnica e verificação de exequibilidade pela Administração do IPAM.

7.13.3. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo automático para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço global e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação. Será possibilitado à licitante classificada, até o limite de **03 (três) oportunidades** para retificação de sua planilha de formação de custos, sendo que o Pregoeiro concederá o prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, a contar da convocação, para que a licitante encaminhe os documentos corrigidos via sistema.

7.13.4. As licitantes que deixarem de encaminhar suas Planilhas de formação de custos ou não sanarem os erros após as convocações estabelecidas serão desclassificadas.

7.14. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto do IPAM.

7.15. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra, o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá entregar junto com sua proposta de preços:

7.15.1. Declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa técnica para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.15.2. Cópia da carta ou registro sindical do sindicato ao qual declara estar enquadrado;

7.15.3. Cópia integral do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado;

7.15.4. Declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. [Suprimido].

7.17. O Pregoeiro realizará a verificação da observância da proposta quanto aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pelo IPAM, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado.

7.18. O Pregoeiro concederá o prazo de no mínimo **02 (duas) horas** para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação.

7.19. O Pregoeiro deve verificar se as previsões das normas coletivas SINTELPES/RO paradigma estão sendo contempladas na Planilha de Custos, em especial quando o instrumento utilizado pelo licitante for diferente da norma paradigma.

7.20. O IPAM poderá realizar diligências para esclarecer dúvidas acerca dos valores informados, inclusive mediante a solicitação de Notas Fiscais ou vistoria técnica nas dependências da contratada para comprovar a qualidade e similaridade dos materiais e insumos ofertados.

7.21. As Planilhas de Custos e Formação de Preços servirão para demonstrar possíveis variações de custos no curso da execução do contrato e deverão ser utilizadas como base em eventuais repactuações ou revisões de preços.

7.22. No preço proposto deverão estar inclusas todas as despesas com salários, encargos sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas, contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas e lucros.

7.23. Informa-se que o valor estimativo para o vale-transporte foi devidamente inserido nas planilhas de formação de custos elaboradas pela Administração do IPAM. As licitantes deverão cotar o referido benefício em estrita observância à legislação vigente, considerando a tarifa praticada no Município de Porto Velho/RO e o desconto legal obrigatório de 6% (seis por cento) incidente sobre o salário base do funcionário. Na execução contratual, os valores previstos na planilha serão objeto de glosa caso o funcionário opte pelo não recebimento do auxílio ou se houver diferença entre o valor cotado e o efetivamente despendido em razão da localidade de moradia dos empregados.

7.24. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o instrumento coletivo indicado pelo licitante estabeleça valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma pelo IPAM.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência nº 07/2026, a partir do subitem 9.9 ao subitem 9.16.5., necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6.1. A licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a documentação de habilitação, declaração de pleno atendimento às cotas de reserva de vagas estabelecidas no Termo de Referência, sendo:

I – 8% (oito por cento) para mulheres em situação de vulnerabilidade (vítimas de violência doméstica e familiar), conforme o Decreto nº 11.430/2023;

II – 5% (cinco por cento) para egressos do sistema prisional, conforme política de responsabilidade social da Administração.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizados pela Administração do IPAM data e horário exclusivos, a serem agendados de segunda a sexta-feira, das 08 horas às 13 horas, horário local, através do e-mail: gead@ipam.ro.gov.br ou pelo Tel.: (69) 2181-0708, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

8.8.2. Caso o interessado opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.8.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o Contratado assumir integralmente os ônus dos serviços decorrentes. A ciência das condições de execução abrange a complexidade integral do objeto, as metragens reais das áreas de intervenção e as peculiaridades técnicas das instalações da Sede Administrativa do IPAM, sendo de exclusiva conta, ônus e risco do contratado qualquer omissão ou erro de avaliação que venha a ser alegado para fins de pleitos de reequilíbrio econômico-financeiro ou alteração contratual.

8.9. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo fixado pelo Pregoeiro de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação.

8.11.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto na Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.12. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 8.11.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, seguindo o prazo fixado no subitem 8.11.1 para:

8.13.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

8.13.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

8.14. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de aceitação e julgamento.

8.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

8.19. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação do certame e a adjudicação do objeto, caso a Administração do IPAM conclua pela contratação, será firmado o respectivo Termo de Contrato, observando-se as cláusulas e condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação oficial, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste instrumento convocatório e na Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Alternativamente à convocação para comparecimento presencial perante a sede do Instituto, a Administração do IPAM poderá adotar os seguintes procedimentos para a formalização da avença:

9.3.1. Encaminhamento do instrumento para assinatura mediante correspondência postal com Aviso de Recebimento (AR), devendo ser devolvido devidamente assinado no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

9.3.2. Disponibilização de acesso ao Sistema Eletrônico de Informações (SEI) ou sistema de processo eletrônico equivalente do IPAM para que a assinatura digital seja realizada em até 05 (cinco) dias úteis; ou

9.3.3. Utilização de outro meio eletrônico idôneo, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após o recebimento da notificação.

9.4. Os prazos estabelecidos nos itens 9.2 e 9.3 poderão ser prorrogados uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada do adjudicatário e aceitação expressa pela Administração do IPAM.

9.5. O prazo de vigência da contratação inicial e as condições de prorrogação são os estritamente definidos no Termo de Referência nº 07/2026.

9.6. Como condição prévia e indispensável para a assinatura do contrato, a adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições de habilitação exigidas no certame, apresentando situação de regularidade perante a Fazenda Federal e a Justiça do Trabalho, além de certidões negativas junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e à Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

9.7. Na assinatura do contrato será realizada consulta obrigatória ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – Cadin, cuja existência de registro constitui fator impeditivo para a contratação, nos termos da legislação vigente.

9.8. Tratando-se de contratação de serviços continuados de limpeza, conservação predial e copeiragem com dedicação exclusiva de mão de obra, será exigida da licitante vencedora, como condição para a assinatura do contrato, a comprovação de capital social integralizado compatível com o número de empregados a serem alocados, em estrita observância ao disposto no art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, garantindo a solidez financeira necessária à execução do objeto na Sede Administrativa do IPAM.

9.9. Se a adjudicatária, após convocada, recusar-se a assinar o contrato injustificadamente ou se não apresentar situação de regularidade técnica, fiscal e jurídica no ato da assinatura, garantido o contraditório e a ampla defesa, sujeitar-se-á à aplicação de advertência e multa moratória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total adjudicado, sem prejuízo das demais sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.10. A execução do objeto está restrita à Sede Administrativa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, localizada em Porto Velho/RO, sendo vedada a extensão dos serviços a quaisquer outras localidades não previstas no projeto básico original.

9.11. Os serviços deverão ser prestados em estrita observância às especificações técnicas e condições constantes no Termo de Referência, no contrato e na proposta da CONTRATADA, reservando-se ao IPAM o direito de recusar qualquer prestação que apresente vício, defeito ou desconformidade com os padrões de desempenho e qualidade estabelecidos.

10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. **O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no Portal da Transparência do IPAM, sítio eletrônico <https://ipam.portovelho.ro.gov.br/>.

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;

11.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.6. fraudar a licitação;

11.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

11.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

11.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

11.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. advertência;

11.2.2. multa;

11.2.3. impedimento de licitar e contratar e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.4. A sanção de multa será aplicada observando-se os critérios de dosimetria, circunstâncias agravantes e atenuantes previstos no Artigo 113 do Decreto Municipal de Porto Velho nº 18.892/2023, respeitado o limite máximo legal de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 11.1.4, 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 11.1.1, 11.1.2, 11.1.3 e 11.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 11.1.5, 11.1.6, 11.1.7, 11.1.8 e 11.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 11.1.1, 11.1.2 e 11.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.2 e 9.3 deste, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

11.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

11.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

11.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

11.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido **até 3 (três) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo e-mail: cpl@ipam.ro.gov.br.

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

12.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

13. DOS MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

13.1. As regras, especificações e condições acerca dos materiais, insumos e equipamentos a serem disponibilizados e fornecidos pela futura Contratada para a execução dos serviços de limpeza e copeiragem encontram-se definidas no subitem **5.23. e seguintes do Termo de Referência nº 07/2026**, anexo a este Edital.

14. DA SUSTENTABILIDADE

14.1. As regras e diretrizes acerca da sustentabilidade ambiental, compreendendo a utilização de produtos biodegradáveis e o descarte seletivo de resíduos, encontram-se definidas no **subitem 4.2. e seguintes do Termo de Referência nº 07/2026**, anexo a este Edital, em consonância com as normas de gestão ambiental vigentes.

15. DA INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

15.1. As regras e exigências acerca da obrigatoriedade de instalação e manutenção de escritório ou representação comercial pela futura Contratada na localidade de execução dos serviços encontram-se definidas no subitem **4.32. e seguintes do Termo de Referência nº 07/2026**, anexo a este Edital.

16. DO LOCAL E HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E ROTINAS A SEREM CUMPRIDAS

16.1. O local de execução do objeto é a Sede Administrativa do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, situada na Avenida Carlos Gomes, nº 1645, Bairro São Cristóvão, em Porto Velho/RO.

16.2. O horário da prestação dos serviços, as escalas de trabalho e as rotinas operacionais a serem rigorosamente cumpridas encontram-se definidos no subitem **5.18. e seguintes do Termo de Referência nº 07/2026**, anexo a este Edital.

17. DA DESPESA E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A despesa total estimada para o período inicial de 12 (doze) meses de execução do objeto é de **R\$ 579.073,28 (quinhentos e setenta e nove mil e setenta e três reais e vinte e oito centavos)**.

17.2. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM, conforme detalhado no **Tópico 11 (Adequação Orçamentária) do Termo de Referência nº 07/2026**, sob as seguintes

dotações orçamentárias:

Unidade Orçamentária: 07.11.09.122.007.2.001 (Taxa de Administração)

Projeto/Atividade: 2.001 – Administração da unidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

Unidade Orçamentária: 07.12.10.122.0007.2.001 (Assistência à Saúde)

Projeto/Atividade: 2.001 – Administração da Unidade

Elemento de Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

17.3. O valor detalhado no item 17.1 constitui o preço máximo aceitável a ser admitido neste certame, sendo que propostas com valor global superior ao estimado serão desclassificadas por sobrepreço.

18. DA GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

18.1. O licitante vencedor deverá apresentar garantia para assegurar a plena execução contratual, em uma das modalidades previstas na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regras e percentuais definidos no subitem **4.10. e seguintes do Termo de Referência nº 07/2026**, anexo a este Edital.

19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

19.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

19.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

19.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

19.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

19.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

- 19.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Porto Velho – IPAM.
- 19.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.
- 19.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico oficial <https://ipam.portovelho.ro.gov.br/>.
- 19.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 19.11.1. Anexo I – Modelo Proposta de Preços;
 - 19.11.2. Anexo II – Termo de Referência nº 07/2026/SCL/IPAM;
 - 19.11.2.1. Anexo I do TR – Termo de Ciência e Concordância;
 - 19.11.2.2. Anexo II do TR – Quadro de Detalhamento de Custos e Composição Orçamentária;
 - 19.11.2.3. Anexo III do TR – Planilha de Custos e Formação de Preços (0832242);
 - 19.11.2.4. Anexo IV do TR – Modelo de Declaração de Contratos Firmados com a Iniciativa Privada e a Administração Pública (0814055);
 - 19.11.2.5. Anexo V do TR – Declaração de Responsabilidade pelo Enquadramento Sindical (0814620);
 - 19.11.2.6. Anexo VI do TR – Modelo de Termo de Vistoria (0814686);
 - 19.11.2.7. Anexo VII do TR – Atribuição dos Postos de Serviços (0815776);
 - 19.11.2.8. Anexo VIII do TR – Qualificação Mínima dos Postos (0816795);
 - 19.11.2.9. Anexo IX do TR – Relação de Uniformes, EPI e Equipamentos (0814915);
 - 19.11.2.10. Anexo X do TR – Instrumento de Medição de Resultados (IMR) (0817203);
 - 19.11.2.11. Anexo XI do TR – Produtividade (0819182);

19.11.3. Anexo III – Minuta do Contrato.

Porto Velho, X de X de 2026.

DANIEL ORLANDO DANTAS DA SILVA
PREGOEIRO/IPAM



Documento assinado eletronicamente por **Daniel Orlando Dantas da Silva, Agente**, em 20/05/2026, às 14:50, conforme art. 17, § 1º, do Decreto nº 21.393, de 07 de outubro de 2025.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://www.portovelho.ro.gov.br/sei> informando o código verificador **0948204** e o código CRC **E202E8D1**.



011.000076/2025-72	0948204v14
--------------------	------------